

## ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BA, REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2021.

Aos seis dias do mês de maio de 2021, às 12:45 horas, de forma virtual, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do CORECON/BA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 07 de abril de 2021. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1. Apontamentos do "Grupo de Trabalho da Transparência" do COFECON. 2.2. Necessidade de implementação de adequações à LGPD. 2.3. Apoio financeiro do Cofecon para aquisição de computadores, e outros eventuais apoios financeiros do Conselho Federal. 2.4. Revisão de contas Microsoft. 2.5. Ações de fiscalização à pessoa jurídica: apresentação de propostas pela Drª Sabrina Batista. 2.6. Semana do Economista: comentários e sugestões iniciais. III – ORDEM DO DIA: 3.1. Apreciação e deliberação da prestação de contas do 1º trimestre de 2021 – parecer já assinado pelos membros da CTC – Luiz Pimenta, Raimundo Gavazza e Alex Gama. 3.2. Deliberação sobre publicações individuais de artigos do Livro Reflexões, sem revisão ortográfica. 3.3. Comenda Rômulo Almeida: escolha dos homenageados. 3.4. Regulamento do Prêmio de Monografias Jairo Simões 2021. 3.5. Galeria dos Presidentes: deliberação sobre publicação. IV – O QUE OCORRER. Presentes na Sessão Plenária o presidente do Corecon/BA Fernando Fernandes, os conselheiros Marcelo Santos, Rodolfo Lujan, Isabel de Cássia, Edval Landulfo, Oswaldo Guerra, Lívio Wanderley, Reinaldo Sampaio e Helga Dulce. Estiveram também presentes o superintendente Bruno Pires, a assessora de comunicação Lívia Santana e a assessora jurídica Sabrina Batista. Justificaram as ausências o vice-presidente Gustavo Pessoti e os conselheiros Luiz Gavazza, Luiz Pimenta, Jorge Antonio, Fátima Ferreira e Emerson Verhine. O presidente Fernando Fernandes iniciou os trabalhos da plenária para discussão e deliberação da seguinte Pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Seção plenária ordinária realizada no dia 07 de abril de 2021. A referida ata foi aprovada por todos os presentes. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1. Apontamentos do "Grupo de Trabalho da Transparência" do COFECON. O presidente Fernando Fernandes informou que recebeu expediente do Cofecon, solicitando a adequação dos Conselhos Regionais ao portal da transparência. São aproximadamente vinte itens que compõem o portal e já está sendo providenciada a adequação. 2.2. Necessidade de implementação de adequações à LGPD. O presidente Fernando Fernandes informou que desde o ano de 2020 já está em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Trata-se de matéria com especificações diversas como governança, processual, jurídica, etc. Disse ainda que faz parte de uma comissão no Cofecon que trata do assunto e que será um ano de muito trabalho para as devidas adequações, pois envolve um rigoroso controle de dados dos profissionais registrados. 2.3. Apoio financeiro do COFECON para aquisição de computadores, e outros eventuais apoios financeiros do Conselho Federal. O presidente Fernando Fernandes disse que o superintendente Bruno Pires fez um excelente trabalho, levantando possibilidades e oportunidades de apoio do Cofecon para os Regionais, baseado na legislação existente e que seria interessante compartilhar com os conselheiros. O conselheiro Oswaldo Guerra perguntou de que forma os apoios podem ser utilizados e o presidente Fernando Fernandes informou que no caso é limitado à fiscalização. Disse que não tem um modelo

específico, mas acha interessante encaminhar um projeto básico, uma vez que já estamos em fase de cotação de computadores. Salientou da dificuldade encontrada em conseguir orçamentos, tendo recebido apenas um até o momento, mesmo com a configuração básica exigida. Vai ver se consegue uma ata pública com registro de preços para ver se evolui com o assunto.

2.4. Revisão de contas Microsoft. O presidente Fernando Fernandes informou que segundo o entendimento da assessora jurídica do Corecon, Dra. Sabrina Batista, o que foi oferecido pela Microsoft ao Corecon não está adequado e será necessário abrir mão, pois foi concedido um perfil acadêmico que não se enquadra à nossa realidade. Disse ainda que isso não trará nenhuma implicação no portal interno e que agradecia pela rigorosidade jurídica com o que o assunto foi tratado pela Dra. Sabrina Batista. Concluiu informando que deverá haver algum custo para as contas mínimas necessárias ao funcionamento do Corecon da ordem de R\$ 30,00 (trinta reais) por mês para o corpo funcional do Conselho e que também será com armazenamento nas nuvens.

2.5. Ações de fiscalização de pessoa jurídica: apresentação de propostas pela Dr<sup>a</sup> Sabrina Batista. O presidente Fernando Fernandes disse que a Junta Orçamentária Permanente continua trabalhando no sentido de propor redução de custos para o Conselho, juntamente com propostas de aumento de receita no âmbito da fiscalização de pessoa física e jurídica, com foco nas pessoas jurídicas, pois o retorno é mais rápido. Continuou informando que Dra. Sabrina Batista havia formulado algumas propostas dentro das possibilidades do Conselho e passou a palavra para a apresentação. Dra. Sabrina Batista informou que na verdade são adaptações de ações que já foram feitas em outro momento, que foram pensadas para 2020, mas por conta da pandemia não foi possível implementar. Disse que resumidamente, serão ações administrativas, pois o Corecon não tem braço para fiscalização presencial, se utilizando de alguns convênios com outras entidades como Crea e CRQ, que estariam dispostos a firmar convênio com o Corecon/BA e que podem, no âmbito da LGPD compartilhar dados entre si, desde que firmado convênio específico para essa finalidade. Como contrapartida, o Corecon/BA ofereceria informações contidas na Rais, sobre demanda. Tal ação poderia trazer um bom retorno e sem custo. O presidente Fernando Fernandes informou que a última base da Rais que o Cofecon encaminhou é de 2017, o que dificulta o processo de fiscalização. Dra. Sabrina Batista ponderou que uma pessoa jurídica inscrita em um Conselho de Classe não está desobrigada de se registrar em outro, pois tudo dependerá do campo de atuação, através de análise do contrato social, juntamente com solicitação do plano de cargos e salários dos funcionários. Sugere que inicialmente se comece pelo envio de notificação para pessoa jurídica que ofertam serviços de consultoria, empresas do Pólo e Prefeituras. O custo será de uma remessa postal com aviso de recebimento. Salientou que a resposta das empresas pode ser pequena, mas que o retorno individual é maior e cobre o projeto. Além dessas ações, já retomou os protestos cartorários que ficaram suspensos em 2020. Disse que deram bom retorno no passado e ainda é a melhor opção tendo em vista a isenção de taxas para o Corecon, além de ser recomendando pelos tribunais de justiça. Prosseguiu informando que as execuções fiscais, haviam sido suspensas, sendo substituída por interpelação judicial, pois o custo é bem menor, porém, para atender uma exigência do Recred, será necessário promover algumas execuções. Sugeriu um programa de conciliação prévia, onde se elencaria alguns nomes de pessoas físicas e jurídicas antes de

executar. Para isso será necessário a participação do advogado, um servidor do Conselho ou conselheiro e a outra parte. O conselheiro Oswaldo Guerra perguntou se não houver resposta da pessoa jurídica já pode ser notificada com auto de infração, tomando como base a relação que há com o Sebrae. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que há um conflito jurídico que não foi resolvido com o Sebrae. O superintendente Bruno Pires informou que não compreende o que corre com o Sebrae, pois na Bahia ele é registrado no Conselho de Administração, paga regularmente, e no Brasil é registrado em vários Conselhos de Economia, onde em alguns paga a anuidade no valor mínimo e em outro paga pelo valor máximo de contribuição. Dra. Sabrina Batista disse que entendia que entidades como o Sebrae não deveriam ser o foco da fiscalização, partindo para aquelas cujo risco de judicialização seja mínimo. O conselheiro Rodolfo Lujan disse que o Corecon precisa aumentar sua base de pessoas jurídicas pois o número de inscritos não condiz com a realidade do estado da Bahia, haja vista um setor bancário, de comércio e de serviços, robusto. Ainda em relação a convênios com outros conselhos, perguntou o que o Corecon ofereceria como contrapartida e por que o Corecon não consegue firmar convênio a Juceb. O superintendente Bruno Pires informou novamente que no passado o Corecon/BA possuía convênio com a Juceb, que foi descontinuado tendo em vista o alto custo, pois a cada acesso era cobrado um valor através de DAE, o que foi inviabilizando o convênio. Disse ainda que em gestão recente feita com a assessoria da Juceb, no sentido de firmar novo convênio sem custo, foi informado que a atual gestão não reconhece os Conselhos de Classe como entidades da administração pública e que atualmente, nenhum Conselho de Classe tem convênio ativo com a Juceb. Finalizou dizendo que foi informando que estão avaliando a possibilidade de convênio, mas a título oneroso. Respondendo à pergunta do conselheiro Rodolfo Lujan, Dra. Sabrina Batista disse que parece que os outros Conselhos não possuem acesso à Rais como o Corecon/BA e que este acesso, sob demanda, poderia ser a contrapartida, além do aspecto político de unir os conselhos para fortalecimento do sistema. O conselheiro Rodolfo Lujan disse que era importante a utilização das informações da Rais para formar o cadastro do Corecon. A assessora jurídica informou que o Corecon possui dois trunfos: a Rais, que é administrada pelo Corecon e o convênio que o Cofecon possui com a Receita Federal que permite a atualização cadastral por demanda. O conselheiro Rodolfo Lujan perguntou como seria a utilização da Rais e o presidente Fernando Fernandes disse que poderia se utilizar de filtros e que percebeu que na Rais de 2017 existem trezentos e trinta e oito empresas e próximo de oitocentos economistas. Dra. Sabrina Batista informou que existem filtros e subfiltros, como também será possível consultar o cadastro brasileiro de ocupações. A conselheira Helga Dulce perguntou como tudo ficaria diante da LGPD e a Dra. Sabrina Batista informou que seria possível formalizar um convênio onde as bases fiquem definidas, pois a LGPD faculta o compartilhamento de dados, desde que formalizado entre as partes e que seria importante trazer o aspecto social da fiscalização para fortalecer o aspecto jurídico. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que agora tem-se uma compreensão melhor e uma estratégia de fiscalização, sendo necessário desencadear as ações, pois é importante a obrigatoriedade legal dos registros das empresas, que gera receita para o Conselho. O presidente Fernando Fernandes disse que será formatado um projeto piloto identificando as oportunidades. Dra. Sabrina Batista informou que, se identificadas pessoas

jurídicas irregulares, já é possível emitir auto de infração cobrando a regularização e o pagamento de anuidades e que seria interessante ver com o Cofecon se não há uma sugestão de modelo de fiscalização para os Regionais. O presidente Fernando Fernandes informou que é uma ação importante tendo em vista a manutenção mais duradoura dos registros de pessoas jurídicas do que de pessoas físicas.

### 2.6. Semana do Economista: comentários e sugestões iniciais.

O presidente Fernando Fernandes informou que o Núcleo de Perícia e a Comissão de Mulheres Economistas do Corecon já estão se articulando e participarão da Semana do Economista. A conselheira Isabel de Cássia informou que é preciso incluir mais pessoas e que o vice-presidente Gustavo Pessoti precisa marcar algumas reuniões, pois através de grupo de whatsapp não evolui bem. Concluiu dizendo que estão prontas para colaborar, mas que aguardam posicionamento do vice-presidente para discussões sobre o tema. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que é preciso discutir sobre o assunto, pois agosto está muito próximo.

### III – ORDEM DO DIA: 3.1. Apreciação e deliberação sobre a prestação de contas do 1º trimestre de 2021

– O Superintendente Bruno Pires informou que a prestação de contas tinha sido apreciadas pelos membros da CTC – Economistas Luiz Pimenta, Raimundo Gavazza e Alex Gama, que após analisarem a referida Prestação de contas, emitiram o Parecer aprovando-a e recomendando a sua aprovação pelos membros do Plenário. O presidente Fernando Fernandes passou a palavra para o contador Pedro Gomes que informou que o resultado apurado no 1º trimestre de 2021 foi positivo tendo sido obtido um superávit de R\$ 177.795,00 (cento e setenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais). A receita orçamentária arrecadada no período foi R\$ 434.390,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa reais), enquanto a despesa orçamentária realizada foi de R\$ 256.595,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais). Esse resultado, positivo, é resultante das medidas de contenção de gastos implementadas a partir do 4º trimestre de 2019. Disse ainda, que comparando-se a receita orçamentária arrecadada no 1º trimestre 2021 com o mesmo trimestre de 2020, constata-se um decréscimo de 27%. Do mesmo modo, comparando-se o total da despesa orçamentária realizada no 1º trimestre de 2021 com o mesmo trimestre de 2020, constata-se uma decréscimo de 28%. Saliou que os demonstrativos que acompanham a prestação de contas serão encaminhados no prazo para apreciação e julgamento pelo Conselho Federal de Economia e concluiu dizendo que as disponibilidades financeiras, com liquidez imediata, somaram no 1º trimestre de 2021 R\$ 747.268,00 (setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais). O presidente Fernando Fernandes ponderou que é importante observar que a diminuição com despesa de pessoal vai refletir favoravelmente no próximo semestre, haja vista o declínio na arrecadação, mas que ainda não parece suficiente para se chegar ao equilíbrio fiscal. A conselheira Helga Dulce disse que os números são importantes e que a diminuição de despesas somadas à possibilidade de aumento de receita, traz boas esperanças ao Conselho. O conselheiro Oswaldo Guerra disse que era um excelente resultado para o 1º trimestre, mas que ainda preocupa quando se compara a 2020 e 2019. Concluiu perguntando se o Corecon já havia redirecionando suas aplicações financeiras, tendo em vista proposta da junta orçamentária e o presidente Fernando Fernandes disse que ainda no mês de maio fará o melhor direcionamento. O contador Pedro Gomes informou que no 1º trimestre de 2019 apurou-se um superávit de R\$ 185.663,00 (cento e oitenta e cinco mil,

seiscentos e sessenta e três reais), no 1º trimestre de 2020 apurou-se um superávit de R\$ 200.354,00 (duzentos mil, trezentos e cinquenta e quatro reais) e no 1º trimestre de 2021 houve um superávit de R\$ 177.795,00 (cento e setenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais). Salientou que a partir do mês de abril de 2021, o CORECON além de receber a receita do aluguel da sala 104 do edifício ômega, deixará de pagar a taxa mensal de condomínio, bem como, a TRSD e a tarifa de energia elétrica. Espera-se, ainda, uma cobrança mais efetiva das Pessoas Jurídicas inscritas, que, certamente, resultarão em incremento nas receitas do Conselho. O presidente Fernando Fernandes mencionou que houve uma diminuição das receitas de contribuição em comparação aos anos anteriores. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que a redução de despesas está acompanhando a diminuição de receitas e que as receitas adicionais futuras tendem a ser menores e estão atreladas às ações de cobrança e seus resultados e finalizou dizendo que a redução dos gastos com pessoal tende a desaparecer com o tempo, sendo necessário o aumento da receita através das cobranças. O conselheiro Rodolfo Lujan parabenizou a gestão pela clareza nas informações. Prosseguiu dizendo que concordava com o conselheiro Reinaldo Sampaio e que não imaginava uma queda no trimestre em relação à 2020, o que mostra que a pandemia e seus efeitos continuam. Concluiu dizendo que o desligamento da servidora Lucimar não foi o suficiente para o equilíbrio das contas e que se a receita permanecer a mesma, possivelmente haverá um déficit e que para 2022 deve-se ampliar os mecanismos de obtenção de receitas. Após discussão sobre as contas e posta em votação, a prestação de contas do 1º trimestre de 2021 foi aprovada por todos os presentes.

3.2. Deliberação sobre publicações individuais de artigos do Livro Reflexões, sem revisão ortográfica. O presidente Fernando Fernandes disse que sem a presença do vice-presidente Gustavo Pessoti, a discussão do tema ficaria prejudicada, tendo em vista ser ele o organizador do livro, mas que a ideia básica seria publicar os artigos na medida em que forem recepcionados, sem aguardar a juntada de vários para publicação. Finalizou dizendo que o assunto será levado para a próxima plenária.

3.3. Comenda Rômulo Almeida: escolha dos homenageados. O presidente Fernando Fernandes informou sobre a necessidade de escolher os nomes que serão agraciados com a honraria e o conselheiro Rodolfo Lujan disse que não conhecia o regulamento e se absteria de votar. O conselheiro Oswaldo Guerra ponderou que em outro momento opinou pela homenagem para apenas uma pessoa, buscando olhar para o interior do estado, para o setor privado etc. para não ficar apenas no meio acadêmico e o conselheiro Rodolfo Lujan concordou. O superintendente Bruno Pires informou que o regulamento foi construído com base no da Comenda Economista de Destaque e prevê a escolha dos nomes na Sessão Plenária do mês de maio. Sugeriu que se não pudessem definir os nomes naquele momento fosse discutido entre eles e repassados para fazer constar na ata. O Plenário decidiu que uma das homenageadas seria a ex-conselheira Maria Lúcia Cunha de Carvalho e o segundo nome seria discutido posteriormente. O presidente Fernando Fernandes disse que este tema também ficaria prejudicado tendo em vista a ausência do vice-presidente Gustavo Pessoti e solicitou ao superintendente Bruno Pires o encaminhamento do regulamento para os conselheiros.

3.4. Regulamento do Prêmio de Monografias Jairo Simões 2021. O presidente Fernando Fernandes informou que o vice-presidente Gustavo Pessoti e o conselheiro Jorge Antonio se articularam no sentido de definirem sobre o regulamento do prêmio, mas o conselheiro Jorge

Antonio quis trazer o assunto para o plenário. O conselheiro Oswaldo Guerra disse que deveria deixar o vice-presidente Gustavo Pessoti e o conselheiro Jorge Antonio definirem sobre o regulamento e encaminharem uma versão final aos conselheiros. O presidente Fernando Fernandes disse que eles já fizeram isso, que foram poucos ajustes e que era preciso a aprovação para os posteriores encaminhamentos. O regulamento foi aprovado por todos 3.5. Galeria dos Presidentes: deliberação sobre publicação. O presidente Fernando Fernandes informou que ainda faltam muitas imagens dos ex-presidentes do Corecon e que não tem sido fácil conseguir, tendo em vista o período e a dificuldade de contato com familiares ou amigos. Disse que o conteúdo pesquisado parece estar correto, mas Lívia não consegue evoluir com as imagens, mesmo com a incansável busca, e gostaria da opinião sobre se publica como está ou espera mais um tempo. O conselheiro Rodolfo Lujan disse que esse é um bom trabalho e que deveria se esperar até a semana do economista. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que quando for publicar, deixar algo escrito nas imagens que faltarem, dizendo do interesse do Conselho em obter aquela imagem. O presidente Fernando Fernandes disse que também não bastam imagens sem uma resolução mínima que permita uma boa visualização e que irá encaminhar o link aos conselheiros para que possam ajudar na busca pelas imagens. IV – O QUE OCORRER. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que recebeu um dossiê da Desenhahia, que segundo a própria Desenhahia, é o suficiente para esclarecer e comprovar os questionamentos do BNB, referente à pendência de prestação de contas do VI Encontro de Economia Baiana. O superintendente Bruno Pires informou que recebeu recado do conselheiro Marcelo Santos sobre o assunto e que veria como retirar o material na casa do conselheiro Reinaldo Sampaio para entregar a Dr. Pedro Gomes que já estava com parte dessa prestação de contas iniciada, aguardando mais documentos. O presidente Fernando Fernandes disse que esse era um exemplo do trabalho de assessoria jurídica ao ex-presidente José Élio, que sempre foi feito, mas agora estava regulamentado através de resolução. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que na Resolução tem que ficar claro que esse serviço será sem ônus para o Corecon. A assessora jurídica Sabrina Batista disse que este tipo de assessoria está ligada ao trabalho que já é prestado e que seria uma incoerência negar o apoio ou cobrar por ele. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que isso demonstra a confiança que se tem na assessoria jurídica. Nada mais a tratar, o presidente Fernando Fernandes encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu, Bruno Pires Sacramento lavrei a presente Ata que será assinada por todos os presentes. Salvador 06 de maio de 2021.